

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento**  
2 Social  
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos**  
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C'**  
5 **Palácio das Araucárias**  
6 **CEP 80530-915**  
7 **Curitiba - Paraná**  
8



## 9 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

### 10 **ATA DE ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA CEDCA/PR – 04/09/2012**

11  
12 Aos quatro dias do mês de setembro do ano de 2012, às 8h35 minutos em primeira convocação  
13 e às 9h00 com qualquer número de Conselheiros presentes (15), no auditório do 7º andar da  
14 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, localizada no Palácio das  
15 Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Centro Cívico, em Curitiba-PR, realizou-se  
16 Assembleia Extraordinária do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do**  
17 **Adolescente – CEDCA/PR**, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados.  
18 Conforme aprovado por unanimidade, em sessão ordinária desse Conselho realizada em 24 de  
19 agosto de 2012, a pauta específica dessa convocatória era a deliberação dos recursos do FIA/PR  
20 para o **Plano de Ação referente ao ano de 2013**. Fizeram-se presentes os • **Conselheiros**  
21 **Governamentais:** Jocélia Soares Fernandes (**Casa Civil**), Jacqueline Albergue Ribas  
22 (**Secretaria de Estado de Esporte**), Sirlei da Silveira Pinto (**SETI**), Marli Aparecida Batista  
23 Vaz Mussulini (**SETS**), Marcela Divair Martins Evangelista (**SEDS**), Juciley Eunice Moreira de  
24 Oliveira (**SEEC**), Ana Paula Pacheco Palmeiro (**SEED**), Regina de Cássia Bergamaschi Bley  
25 (**SEJU**), Marisa da Costa (**SESA**), Márcia Tavares dos Santos (**SESP**), Alessandra R. P. Xavier  
26 (**SETU**). • **Conselheiros da Sociedade Civil:** Débora Cristina dos Reis Costa (**ABEC**), Janaína  
27 Fátima de Souza Rodrigues (**Lar Dona Vera**), Fátima Rodrigues Pereira (**Associação Cultural**  
28 **e Educacional Infantil Menino Jesus**), Édina Maria Silva de Paula (**Associação dos**  
29 **Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Paraná**),  
30 Simone Selva Cavalcante (**AESPR**), Ana Paula Ribeyre Baena (**Associação Hospitalar de**  
31 **Proteção à Infância – Dr. Raul Carneiro**), Alexandra Alves José (**EPESMEL**), Renann Ferreira  
32 (**Guarda Mirim de Foz do Iguaçu**), Geysa Pereira (**Instituto São José**). Presenças dos  
33 Diretores de todos os CENSES de Unidades e Semiliberdade em número de 29, cujas assinaturas  
34 encontram-se firmadas na listagem de presença. No momento de boas-vindas, a **Conselheira**  
35 **Presidente Márcia Tavares dos Santos** consignou a presença da Sra. Secretária de Estado  
36 da Família e Desenvolvimento Social em exercício, LETÍCIA Codagnone Raymundo, da Sra.  
37 Diretora Geral da SEDS, Maristela Marchioro Shudzy, da Consultora da OAB, Dra. Maria Christina  
38 dos Santos e dos Diretores de todos os CENSES do Estado do Paraná (Centros de Sócio-  
39 Educação). A Presidência julgou oportuno esclarecer o plenário que nesse momento iniciava-se  
40 uma **Assembleia Extraordinária**, especialmente convocada para tratar das discussões e  
41 aprovações do **Plano de Ação dos recursos do FIA/2013**. A técnica do Setor Financeiro da  
42 SEDS, **Marcela Evangelista** estará disponível, para dirimir as possíveis dúvidas e indagações  
43 da parte dos Conselheiros. • **Informes da Secretaria Executiva – Helena Navarro Gimenez.**  
44 • Justificativa de ausência da Conselheira Rejane Neumann, tendo em vista a ocorrência de  
45 falecimento de pessoa da família – **APROVADO**. • Memo. 113 procedente da Secretaria

46 Executiva da Comissão Estadual Institucional de enfrentamento à violência contra crianças e  
47 adolescentes. O documento continha uma proposta de inclusão no Plano de Ação 2013, de uma  
48 previsão de no mínimo 3 milhões de reais, para ações previstas no diagnóstico das violências  
49 contra crianças e adolescentes com abrangência de algumas prioridades. • **Previsão**  
50 **Orçamentária 2013** – planilha colocada em tela para apreciação dos Conselheiros, com  
51 distribuição posterior (proporção de orçamento). • **Apresentação das despesas realizadas**  
52 **no exercício 2011-** até julho de 2012 e previsão de valores para 2013 – **Unidades de**  
53 **Sócioeducação – Servidor Ruiz – GAS/SEDS; •Planilha referente a construções,**  
54 **reformas, obras e melhorias 2010/2011 – 2012/2013** – Engenheiro Carlos Alberto Tourinho.  
55 **CENSES** – passando por reformas. **Unidades novas** – Cascavel e Pato Branco. No andamento  
56 dos trabalhos, a **Conselheira Presidente Márcia Tavares** trouxe a informação de que o  
57 CEDCA/PR recebia nessa manhã a visita dos 24 Diretores de CENSES, e 5 Semi-Liberdade,  
58 graças a Contribuição da Coordenadora Cláudia Regina Foltran (Sócioeducação). Desses, seis  
59 foram escolhidos para dissertar por 10 minutos sobre as suas realidades. O primeiro deles foi o  
60 **Diretor Eron**, do CENSE São Francisco. Trata-se do antigo Educandário São Francisco, Queiroz  
61 Filho que na realidade carrega um histórico sombrio. Com 15 mil m<sup>2</sup> de área construída, o  
62 CENSE tem capacidade para abrigar 110 adolescentes atendidos por 185 servidores do Estado,  
63 dos quais apenas 8 são terceirizados. Conta-se com uma equipe de profissionais divididos em  
64 educadores, psicólogos, médicos, assistentes sociais, enfermeiros e 35 professores, que lutam  
65 para estimular bons avanços sociais que permitam a sua reinserção na sociedade. Muitas são as  
66 atividades lá desenvolvidas:- jardinagem, hortas, oficina de música, artesanato, oficinas de  
67 produção, Rádio São Francisco, lava-car, lavanderia, cursos através da Rede Esperança,  
68 panificação. Foram apresentados slides, que mostram ambientes deteriorados pela ação dos  
69 próprios adolescentes. Esses espaços depois foram recuperados por eles mesmos e o cuidado  
70 tornou-se impar. O diretor Eron finalizou a sua fala enunciando:- " Para o triunfo dos maus, basta  
71 que os bons nada façam" . A Conselheira Presidente arguiu o plenário, se os Conselheiros  
72 estariam satisfeitos apenas com essa primeira explanação, uma vez que outros 5 Diretores  
73 estariam prontos para fazer a sua preleção. (Umuarama, Foz do Iguaçu, Cascavel I, Curitiba e  
74 Curitiba Semi-liberdade). Participava, a **Conselheira Édina** deixou claro que essa participação  
75 não se constituía ponto de pauta. Trata-se de um momento de extrema relevância e a sua  
76 vontade era de ouvir todos os Diretores. No entanto, disse sentir-se contemplada em analisar os  
77 orçamentos e oportunamente realizará visitas a alguns CENSES. Foi a vez da **Conselheira**  
78 **Cláudia** afirmar que e fala muito da sócioeducação em termos materiais. Os investimentos são  
79 apresentados e não se sabe onde serão aplicados. O trabalho que hoje a Sócioeducação executa  
80 é reconhecido, mas ainda necessita de muitas melhorias. Essa provocação feita aos Diretores  
81 para que aqui viessem, exatamente nesta data, é para que todos que tenham consciência do  
82 que se está se propondo, visualizando as reais necessidades. A **Presidente Márcia** pontuou  
83 que a questão dos valores foi mesmo solicitada pela plenária e também o resultado hoje obtido  
84 em algumas Unidades de internação. Concordou que o espaço é exíguo para que todos se  
85 manifestem nesta oportunidade, mas a ideia é que todas as dúvidas dos Conselheiros fossem  
86 sanadas nessa reunião. Além da boa vontade da **Conselheira Cláudia**, foi uma resposta  
87 imediata às indagações do CEDCA. Uma vez que todos sentem-se contemplados, garantiu a  
88 presença dos Diretores durante toda a Assembleia, caso seja necessário alguma intervenção. Na

89 sequência, passou-se a palavra para a **Conselheira Janaína**, que desejou compartilhar com os  
90 Conselheiros a lembrança de que para a próxima plenária, fossem providenciados os vídeos  
91 apresentados em maio de 2011. Esse material traz questões estruturais da sócioeducação e o  
92 comprometimento da SEDS em investir nessa área. Disse acreditar que essa ação deverá dispor  
93 de todo o investimento necessário, inclusive o planejamento de um grande evento no qual  
94 Diretores e equipe técnica pudessem discutir todas as suas realidades. Pontos que sem dúvida a  
95 todos incomodam, inclusive o Jornal Gazeta do Povo, quando se deparam com tantos óbitos  
96 ocorridos num só ano. Houve a manifestação da **Conselheira Ana Paula Baena**, perguntando  
97 aos Diretores das Unidades se conheciam o mencionado vídeo. Mortes e dificuldades precisam  
98 ser superadas! Este é o momento oportuno sob o ponto de vista político e conceitual; sugeriu  
99 que todos os Diretores recebessem uma cópia desse vídeo, um material de baixo preço. Caso  
100 fosse necessário, prontificou-se a doar os DVDS. Na continuidade, foi dada a palavra ao  
101 **Conselheiro Renann**, que realçou a luta desse Conselho ao longo dos anos. Frente à  
102 reportagem publicada pelo Jornal Gazeta do Povo, considerou fundamentalmente lançar uma  
103 nota de esclarecimento, para rebater a matéria sobre as mortes ocorridas até agora em número  
104 de sete. Indagou ainda ao Diretor Eron, maiores detalhes sobre o programa de aprendizagem  
105 adotado no CENSE São Francisco, se está inscrito e cumprindo os requisitos da Portaria 723.  
106 Respondendo as questões enunciadas pelo Conselheira **Paula Baena** (CIRANDA), a  
107 Coordenadora Cláudia ressaltou que todos os Diretores de CENSES presentes nessa plenária,  
108 tem consigo as fotos atualizadas das sua respectivas Unidades. A questão de postegar essas  
109 apresentações é uma decisão da Plenária. Por outro lado, dirigiu-se ao **Conselheiro Renann**,  
110 garantindo que por mais de uma vez tentou esclarecer toda e qualquer matéria publicada sobre  
111 sócioeducação e nunca foi bem sucedida! Invariavelmente, o Jornal Gazeta do Povo publicará  
112 tais matérias de forma tendenciosa e utilizando seus próprios argumentos. Em respeito à  
113 população paranaense que se utiliza desse meio de comunicação, sempre emitiu uma nota  
114 sobre as providências que estão sendo tomadas e nada é publicado. Deixou evidente que,  
115 apesar da questão não ter sido votada, a **Conselheira Jimena** solicitou esclarecimentos sobre  
116 os óbitos ocorridos dentro dos CENSES e esses registros encontram-se disponíveis. A Presidência  
117 do Conselho avaliando ser um momento de magna importância, passou a palavra para a  
118 Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social em exercício **Sra. Letícia**  
119 **Codagnone Raymundo**. Essa exercendo a sua função, cumprimentou todos os Conselheiros,  
120 os Diretores das Unidades de Sócioeducação, técnicos da SEDS e ouvintes, agradecendo a  
121 disponibilidade de todos comparecerem nesse momento da discussão do orçamento. Quando se  
122 discutem recursos, significam perspectivas de propostas de trabalho e com certeza bons  
123 resultados. Deixou patente um agradecimento dirigido à equipe da SEDS, que trabalhou  
124 exaustivamente para finalizar essas tabelas. Abordando o assunto principal, a Secretária  
125 considerou ter sido imprescindível ter em mãos a coletânea de fotos das Unidades, já no início  
126 da gestão, fundamental para desenvolver uma série de ações. O mais importante é que foi  
127 desencadeado um planejamento, primeiramente instituindo uma Comissão composta por vários  
128 técnicos, com renomada experiência nessa área. Esse grupo continua circulando por todas as  
129 Unidades, elaborando um formulário de avaliação com um único formato, abordando a estrutura  
130 física, desenvolvimento do trabalho técnico, as relações entre as equipes, a atuação das  
131 famílias. A partir do resultado dessa análise, é planejada uma proposta de ação, visando a

132 crescente melhoria dos resultados. Fecha-se a pesquisa neste ano e para 2013 os trabalhos  
133 serão desenvolvidos numa frente ampla. Muito mais do que as fotos, disse a Secretária, deseja-  
134 se demonstrar resultados, efetivos e que a sócioeducação no Paraná seja exemplo para todo o  
135 Brasil. Desnecessário seria dizer que os óbitos preocupam a todos, mas é uma série de fatores  
136 que buscam a almejada evolução. **Letícia Raymundo** definiu que se está com um ano e meio  
137 de gestão e plenamente consciente que os resultados ainda não retratam o que se está  
138 almejando. Garantiu o firme propósito da SEDS em evoluir juntamente com o Conselho, nessa  
139 caminhada. O CEDCA poderá estruturar um roteiro do que querem para a realização do  
140 Seminário, devem também planejar visitas nas Unidades pois o Conselho também tem o papel  
141 não só de fiscalizar, mas propor alternativas. Dar as mãos abraçando a mesma causa, é o  
142 objetivo de todos. Concitou os Conselheiros a não hesitarem em procurá-la e à equipe da SEDS  
143 para apresentarem boas propostas e soluções. É necessário criar ambientes para que os  
144 meninos acessem bens e serviços, possibilitando um retorno sadio para as suas famílias e  
145 conseqüentemente para a sociedade. Aí está o trabalho da AFAl. No sentido de compartilhar  
146 trabalho para multiplicar realizações, a **Presidente do CEDCA, Conselheira Márcia Tavares**  
147 **dos Santos** agradeceu a presença da Secretária da Família, da Diretora Geral, considerando ser  
148 a sua fala essencial e de extrema valia. Já se constatou no Conselho que se deve investir em  
149 prevenção, porém não esquecendo que se tem adolescentes internados tendo todos os seus  
150 direitos garantidos, menos a liberdade. Essa preocupação da Secretaria enquanto Estado, mas  
151 do Conselho compartilhando com a Sociedade Civil, é justamente garantir esses direitos  
152 preparando o seu esperado retorno ao seio familiar. Considerou de relevante importância a  
153 realização desse Seminário, como também o agendamento, em breve, de visitas dos  
154 Conselheiros a todas as Unidades. O Diretor do CENSE São Francisco (Eron) foi convidado a  
155 responder ao questionamento do **Conselheiro Renann** afirmou não poder responder quanto  
156 ao aspecto legal da Rede Esperança, no entanto afirmou tratar-se de uma entidade parceira de  
157 longa data, sem fins lucrativos, cujo Presidente Dr. Francisco foi Diretor da Unidade por longo  
158 tempo. Alguns Conselheiros também citaram conhecer a Rede Esperança, relatando que é uma  
159 entidade considerada séria. O fato desse nome não ter sido encontrado no Cadastro Nacional de  
160 Aprendizagem, baseia-se talvez em outra nomenclatura. Além disso, todas as entidades que  
161 trabalham com aprendizagem profissional terão prazo ainda até 30 de novembro para se  
162 enquadrarem à Portaria 723. Foi a vez do **Conselheiro Renann** chamar a atenção dos  
163 Conselheiros, sobre algumas das piores formas de trabalho consideradas pela lista TIP para as  
164 crianças e os adolescentes, como é o caso das lavagens de veículos realizadas no CENSE São  
165 Francisco; indagou também se a atividade de empacotamento com embalagens plásticas seria  
166 a demanda de mercado de trabalho de onde os adolescentes são oriundos. Considerando ser  
167 uma excelente colocação, a **Conselheira Cláudia** expôs que hoje várias atividades que estão  
168 dentro dos CENSES são herdadas de parcerias já existentes e executadas com os recursos  
169 disponíveis. Esclareceu existir uma proposta interessante para unificar as atividades dentro dos  
170 CENSES, sempre priorizando a profissionalização. Procedeu-se um estudo e planeja-se um curso  
171 com duração de 60 horas, com relevância para os adolescentes e para o local para onde irão  
172 retornar. • **Encaminhamento:-** Para a próxima Assembleia propor o planejamento do  
173 Seminário, a ser realizado entre o CEDCA e os Diretores dos CENSES. • **Aprovado.** A consultora  
174 da OAB, Dra. Maria Christina retomando a questão dos óbitos de adolescentes ocorridos em

175 Centros de Socioeducação do Estado, observou que o assunto não havia sido objeto de  
176 deliberação. Questionou quando tal matéria será objeto de discussão e pediu informação sobre  
177 o andamento dos processos administrativos de apuração de tais mortes. Foi respondido que o  
178 assunto será pauta da Reunião Ordinária do mês de outubro. • **Explicação sobre os**  
179 **resultados obtidos – AFAI . Coordenadora Letícia Reis e Luciana (SEDS). Demanda-**  
180 **Formulação de estratégias de fortalecimento das famílias de adolescentes em conflito com a Lei**  
181 **e medidas de internação. -Slides apresentados. - Liberados recursos procedentes de 2011 – AFAI**  
182 **– 148 Municípios elegíveis – Edital. Além de fortalecer a capacidade de proteção das famílias,**  
183 **ainda existe uma grande fragilidade dos Municípios em conhecer e atuar de forma efetiva com**  
184 **essas famílias. É preciso afinar o trabalho dos CENSES com o Município. O Período de**  
185 **acompanhamento à família é equivalente ao tempo que o menino permanecerá internado. •**  
186 **Atualmente existem 30 processos na Coordenação com 24 de adesão dos Municípios – os**  
187 **recursos disponibilizados são considerados bons. • Planilhas distribuídas aos Conselheiros,**  
188 **contendo as informações sobre o desenvolver do AFAI. A técnica Luciana (SEDS) procedeu um**  
189 **breve relato sobre as reuniões realizadas com as 23 Regionais. A técnica Luciana percorreu**  
190 **sobre as dificuldades mais consistentes encontradas para desenvolver essa ação, como é o fato**  
191 **de 78% dos Municípios serem de pequeno porte e conseqüentemente sem CREAS e a equipe**  
192 **técnica necessária para prestar atendimento a essas famílias. O ano eleitoral também é um**  
193 **impedimento, uma vez que muitos Prefeitos não renovarão o seu mandato portanto, não é um**  
194 **bom momento para aderir ao programa. A técnica Letícia Reis informou da montagem de uma**  
195 **Unidade Gestora composta por 18 Secretarias de Estado que vem dialogando há 1 ano, no**  
196 **sentido de pensar um foco para as famílias prioritárias (aquelas que possuem adolescentes**  
197 **internados). Além disso, foram implantados Comitês Intersetoriais nas Regionais, pactuando**  
198 **com o Estado a proposta dessa luta. Foi apontando que os 30 Municípios que encaminharam**  
199 **seus projetos técnicos e planos de aplicação, já foram avaliados pela Câmara do FIA. Por e-mail,**  
200 **será encaminhada aos Conselheiros uma planilhas, contendo os itens que inviabilizaram a**  
201 **participação de alguns municípios na adesão desse programa. • Espaço aberto para debate.**  
202 **Garantindo o seu tempo, a Conselheira Alexandra expôs ser consenso entre os Conselheiros**  
203 **que é responsabilidade dos Municípios promoverem o acompanhamento às famílias. Talvez**  
204 **devido a ausência de diagnóstico, não se perguntou aos municípios se, da forma como foi**  
205 **proposto, seria o que eles precisam. Quanto será investido nisso? Não será o motivo da falta de**  
206 **adesão? Letícia Reis (SEDS) considerou não ser uma ação pontual e sim continuada e**  
207 **intersetorial. Não houve um pacote pronto, sendo traçadas linhas gerais aprovadas nesse**  
208 **Conselho. É possível retomar a reflexão se será necessário reescrever o programa. (35**  
209 **municípios em adesão). 24%. A Consultora da OAB/PR, Maria Christina apresentou o seguinte**  
210 **questionamento: Considerando-se que 78% dos municípios do Paraná não estão habilitados para**  
211 **a implantação de CREAS; que muitos desses municípios não possuem uma equipe de**  
212 **referência, mas apenas um profissional para atender a todas as demandas da assistência social;**  
213 **que o recurso liberado pelo Estado aos município por intermédio do Programa AFAI, não pode**  
214 **ser utilizado para a contratação de profissionais, o trabalho de promoção social do adolescente**  
215 **desenvolvido pelos CENSEs no Estado, por melhor que seja, tem poucas chances de ser exitoso,**  
216 **uma vez que as famílias domiciliadas nesses municípios (78%) não serão alvo de nenhuma**  
217 **intervenção.**

218 • **Marcela Evangelista** – **Leitura do Plano de Ação de 2013.**, com as adequações. •  
219 **Agendar para outubro a apresentação do Família Paranaense.** • **Intervalo para o**  
220 **almoço.** Retomados os trabalhos às 13:30 horas, com a abertura de um espaço para  
221 indagações sobre o Plano de Ação. Da parte da **Conselheira Débora** surgiram diversos  
222 questionamentos sobre a destinação dos recursos do FIA e FEAS, todos pontos respondidos pela  
223 técnica **Marcela Evangelista** (Financeiro SEDS). Num segundo momento, questionou os 5  
224 milhões de reais destinados à capacitação dos Conselheiros Tutelares de Direitos. Disse que o  
225 CEDCA está tratando de uma previsão orçamentária anual, assim seria possível desmembrar  
226 esse recurso em vários projetos? A sugestão é que se planeje essa ação para somente 1 ano e o  
227 restante aplica-se no Plano de enfrentamento à Violência já em vigor. Esse ponto foi respondido  
228 pela **Presidente Márcia**. Em novembro de 2012, inicia-se a Capacitação dos Conselheiros  
229 Tutelares, podendo estender-se e sendo ministrado pelas Instituições de Ensino Superior. O  
230 CEDCA avaliará a metodologia utilizada e a partir daí será possível elaborar um Plano para  
231 Conselheiros Tutelares, com possibilidade de estender-se até 2017. Para tudo isso, ao se  
232 promover uma licitação, o **valor global** deverá estar expresso no Plano de Ação, mesmo que o  
233 valor não seja totalmente utilizado. Continuou a Presidente que hoje a rotatividade de  
234 Conselheiros Tutelares é muito alta, mesmo porque cada um tem a sua legislação. Segundo a  
235 Presidente, se o Conselho definir por não executar o planejamento para essa capacitação, sem  
236 problemas pois esse é o entendimento do CEDCA. Na verdade, essa proposta só veio porque o  
237 colegiado entendeu não ser possível efetuar capacitações isoladas e sim ter um Plano. A  
238 **Conselheira Cláudia** informou ser necessário efetuar uma reciclagem geral nos servidores  
239 para esse momento. Foi a vez da **Conselheira Janaína** questionar se material hospitalar,  
240 cadeiras odontológicas não deveriam ser buscados através da Política de Saúde. A **Conselheira**  
241 **Marisa da Costa** esclareceu que quem cuida da atenção básica de saúde são as Secretarias  
242 Municipais e os adolescentes que estão nos Censes são contados como municípes. Tudo isso  
243 ainda está sendo pactuado. **1º Objetivo – Financiamento** das ações do SINASE R\$  
244 34.648.366,50 - **APROVADO** -**2º Objetivo:**-Capacitação e qualificação da atuação dos atores  
245 do Sistema de Garantia de Direitos, com a proposta da Conselheira Débora de dividir por 3 e a  
246 diferença complementar o Enfrentamento à Violência. Manifestou-se a **Conselheira Regina**  
247 **Bley (SEJU)** colocando que muito tem se discutido da necessidade permanente de trabalhar  
248 com um Plano de Capacitação e não executá-las isoladamente. Sabe-se também que é  
249 necessário aumentar os recursos, porém não é desmontando um projeto e remanejar para outro  
250 que os problemas serão vencidos. Tem-se a autonomia de remanejar recursos para a frente.  
251 Foram ouvidas as palavras de **Marcela Evangelista**, que tentava acomodar os recursos;  
252 também a Presidente fez uma análise para expor a questão. Segundo a **Conselheira Édina**, a  
253 sensação que se tem, é que existem realmente 2 grupos, cada um puxando para um lado,  
254 esquecendo que o foco é a criança e o adolescente. Às vezes falta mesmo é informação e no  
255 mínimo um parecer da Assessoria Jurídica. Sugeriu que se diminua 1 milhão, aplicando no que já  
256 está pronto. Já a **Conselheira Marli** considerou que para crianças e adolescentes os valores  
257 sempre serão insuficientes. Desejando fazer uma sugestão de encaminhamento, a **Conselheira**  
258 **Cláudia Foltran** avaliou que as questões levantadas pela Comissão de Enfrentamento à  
259 Violência são muito relevantes, porém não foram alvo de debate dentro da Câmara; solicitou se  
260 possível fazer a transferência dos 4 milhões para 2014 e 2015 e promover o repasse desse 1

261 milhão para o **Plano de Enfrentamento à violência**, consignando no superávit aquilo que  
262 realmente faltar para questão da Comissão de Enfrentamento à Violência opinar a respeito. Ter  
263 um mente que o recurso referente a 2 milhões de reais por ano não sejam suficientes para a  
264 execução do Plano de Capacitação dos Conselheiros, sendo possível resguardar o direito de  
265 rever esses valores no futuro. •**Propostas aprovadas**- 1º -2º e 3º objetivos. Num determinado  
266 momento, a **Conselheira Édina** pontuou as dificuldades enfrentadas pelos Conselheiros,  
267 quando recebem essas planilhas financeiras. Seria positivo que todos recebessem um manual,  
268 possibilitando ter maiores orientações. Abordou o assunto que tratava do pagamento de bolsas  
269 para **estagiários do Programa Aprendiz**, que segundo deliberações, devem ser pagas pela  
270 Secretaria de Estado e não pelo FIA. Foi esclarecido pela **Conselheira Cláudia** que trata-se do  
271 pagamento de estagiários de nível superior que fazem orientação e acompanhamento aos  
272 adolescentes. O **Conselheiro Renann** desejou conhecer pormenores e Cláudia **Foltran** relatou  
273 que a parte referente à aprendizagem é feita pela SEED, enquanto o encaminhamento  
274 operacional está a cargo da SEDS bem como o pagamento das bolsas. Detectando  
275 irregularidades, o **Conselheiro Renann** solicitou um momento específico para esse debate já  
276 na próxima Assembleia. Propôs a **Conselheira Ana Paula (SEED)** trazer um servidor da  
277 Educação, que coordena um departamento específico, para tratar dessa explanação aos  
278 Conselheiros.-**APROVADO** -Voltou a **Conselheira Débora**, desejando ter conhecimento se  
279 existe algum documento tornando formal o pagamento da bolsa através de recursos do FIA, se a  
280 incumbência é da Secretaria. Respondeu a Coordenadora Cláudia dizendo que o pagamento  
281 dessas bolsas sempre foi proposto no CEDCA (plano de ação), no entanto disse desconhecer a  
282 questão da deliberação. Replicou a **Conselheira Débora** avaliando que, se não existe uma  
283 deliberação, qual é obrigação do FIA de efetuar tais pagamentos. Pediu a palavra a **Conselheira**  
284 **Regina Bley**, ressaltando não ser da Secretaria da Família e sim da Justiça, porém todos sabem  
285 que tem uma relação muito íntima com esse Programa, já que o coordenou durante um período.  
286 O programa surgiu de um reconhecimento, já que foi uma proposição do Estado mas entendido  
287 pelo Conselho, na época, como sendo de grande relevância como garantia do direito à  
288 profissionalização, porque não dizer de inclusão social. Esclareceu que quando se fala em  
289 aprendizagem, fala-se de uma modalidade de profissionalização. Esse programa surgiu a partir  
290 de uma experiência baseada na Lei nº10.097, ao invés de estar em âmbito privado agora  
291 aplicada no âmbito público. Assim o papel que as empresas fazem de contratar dentro de um  
292 percentual de 5 a 15% de adolescentes, de acordo com o número de funcionários que tem, no  
293 papel de aprendiz, o Estado passou a fazer. Isso disciplinado, e criado através de uma Lei;  
294 esclareceu que todo o trabalho foi supervisionado pelo Ministério Público (Dra. Josiane) e  
295 desenvolvido nessa perspectiva de uma divisão de responsabilidades. Existe uma contrapartida  
296 do Estado e hoje o programa está sob a responsabilidade da Secretaria de Família como  
297 gestora, mas a execução do programa está dividida entre 30 órgãos estaduais, de  
298 administração direta e indireta. A Secretaria de Educação assumiu a responsabilidade de fazer o  
299 que as entidades fazem, nos outros programas de aprendizagem, que é dar a parte teórica do  
300 programa. Dirigindo-se ao **Conselheiro Renann , Regina Bley** disse não acreditar que a SEED  
301 esteja com esse programa em situação irregular. Assim, os recursos do FIA destinados ao  
302 pagamento dos estagiários que detém uma função importante, de acompanhamento, sempre foi  
303 aqui entendido como uma participação importante do Conselho, nunca anteriormente

304 questionado. No momento em que lhe foi dada a palavra, o **Conselheiro Renann** anunciou que  
305 considera o mérito do programa excelente, no entanto existem Portarias que explicitam:- todo o  
306 programa de aprendizagem deve estar **inscrito**. De forma particular efetuou uma pesquisa e  
307 nada encontrou, o que comprova a irregularidade. Houve a réplica da **Conselheira Regina**  
308 **Bley (SEJU)** afirmando que no Brasil a Convenção estabelece a idade mínima para o trabalho,  
309 que é de 16 anos, de 14 a 16 exclusivamente na condição de aprendiz. Assim, essa ação é de  
310 extrema importância e ela surgiu dessa constatação. As empresas para cumprirem a sua cota  
311 exigida por Lei, vão buscar o padrão referencial de adolescentes que, na verdade, darão menos  
312 trabalho. Pelo fato de estarem cumprindo uma medida socioeducativa, já carregam consigo um  
313 estigma que jamais lhes daria uma oportunidade. Assim, o Estado tenta executar o seu papel,  
314 assegurando ao adolescente que esteja numa situação transitória ou não, o seu direito à  
315 profissionalização. Houve a sugestão da parte da **Conselheira Débora**, de que a Secretaria  
316 deveria ter uma entidade parceira na condução desse trabalho, uma vez que ela própria estaria  
317 impedida pelo Ministério do Trabalho. A indicação principal é que os Conselheiros deveriam  
318 votar sobre a utilização ou não de recursos do FIA. Foi lembrado pela **Conselheira Cláudia** que,  
319 se essa votação ocorrer, os estagiários de nível superior serão dispensados e o programa estará  
320 encerrado para 2013, uma vez que os Conselheiros estão cientes que os recursos não vem na  
321 proporção solicitada. Assim, por mais que sejam R\$ 360.000,00, Para o próximo ano é possível  
322 que as ações sejam suspensas. Dando suporte a que ao que já havia sido dito, a **Conselheira**  
323 **Alexandra** assegurou que a preocupação de todos é no sentido de normatizar a questão,  
324 independente do resultado dessa votação. O recurso não é significativo, porém deverá haver  
325 uma deliberação, que aprova a reserva anual no orçamento para essa finalidade, sendo, pelo  
326 menos, constante em ata. Desde logo, a **Presidente Márcia** esclareceu que nas previsões  
327 dessas ações, nenhuma delas é constante de deliberação, uma vez que são complementações  
328 de ações já existentes. Citou como exemplo a destinação dos dois milhões de reais para  
329 enfrentamento à violência ou mesmo a capacitação do Sistema de Justiça. Caso o Conselho  
330 decida que não irá complementar nenhuma dessas ações, algumas delas pode ser que o Estado  
331 complemente se houver previsão orçamentária para esse fim e outras poderão ser encerradas  
332 no ano de 2013. Assim, nenhuma decisão do CEDCA é vinculada, não serão entregues os R\$  
333 360.000,00 porque existe uma deliberação prévia vinculando a esse Conselho pois existe  
334 autonomia para se votar e decidir. Buscando criar um entendimento, a **Conselheira Édina**  
335 rememorou ocasiões históricas já vivenciadas em anos anteriores, quando sempre se corre atrás  
336 do prejuízo. Assim, desejou apresentar uma proposta, específica para a questão referente ao  
337 aprendiz. Esse assunto deverá ser pautado numa próxima plenária, onde os envolvidos na  
338 atuação desse programa, pudessem efetuar um resgate histórico com lógica e coerência. Dessa  
339 forma, as ações não sofreriam descontinuidade, porém como respaldo esses recursos estariam  
340 garantidos como conteúdos da respectiva deliberação. Compartilhando a coerência da proposta,  
341 a **Conselheira Regina Bley (SEJU)** avaliou que a responsabilidade de garantir o programa, seja  
342 ele qual for e venha de onde vier é de todos, pois o que realmente interessa é que está  
343 favorecendo os adolescentes. No entanto, é de se esclarecer que tais ações não custam  
344 somente R\$ 360.000,00: é justo que se diga-a remuneração paga aos adolescentes na sua  
345 condição de aprendiz é 100% executada pelo Estado. Ouviu-se da **Conselheira Ana Paula**  
346 **Baena (CIRANDA)** algumas palavras de reavaliação: segundo ela, não se pode utilizar os

347 discursos da descontinuidade para perpetuar situações que vem ocorrendo há 20 anos. O que  
348 se tem visto é o FIA assumir o ônus que não deveria assumir. É necessário que se cuide da  
349 responsabilidade legal de ambas as partes e isso em algum momento precisará mudar. O que se  
350 tem visto é o FIA sendo utilizado para ações que não são Políticas de Estado e sim de Governo!  
351 Considerou que o assunto deverá ser analisado na plenária de **novembro**. Levando em conta o  
352 que foi dito, a **Conselheira a Coordenadora Cláudia Foltran** deu plena razão ao raciocínio  
353 de **Ana Paula Baena**. Esclareceu que ao fazer a sua própria fala, tinha ciência que esse  
354 necessário choque na gestão do FIA teria um momento oportuno para acontecer.  
355 Desgraçadamente ele só é lembrado na ocasião do Plano de Ação, mas deveria ocorrer durante  
356 todo o ano. Assim, cada entidade ou Secretaria que aqui vem solicitar o referendo desse  
357 Conselho para, pleitar recursos, todos tem a sua parte relevante na realização desse trabalho.  
358 Cada um dos entes contribui com alguma coisa e se historicamente o CEDCA agiu com erros e  
359 hoje entende ser necessário promover mudanças, como Conselheira disse ter de concordar. No  
360 momento em que se definir hoje que essa determinada ação não é do CEDCA, portanto não  
361 deveria financiá-la mais, considerou ser temerário, porque o lado mais fraco é que seria  
362 penalizado. Disse acreditar que todos não desejariam que um programa dessa magnitude,  
363 criado com esse recorte de vulnerabilidade importante que é a medida socioeducativa, acabe  
364 dessa forma. Concitou a todos os Conselheiros para que se conjuguem esforços no sentido de  
365 solucionar a questão. Se esse plenário definir que essa é uma ação de Estado e que assim  
366 sendo, esse deveria assumir a parte toda, como Conselheira interpretou que faz a concordância.  
367 Na sequência, a **Conselheira Marcela Evangelista** (Setor Financeiro da SEDS) pediu a palavra  
368 para esclarecer que em plenária anterior (2) recebeu a solicitação que fosse revista a prestação  
369 de contas dos recursos do FIA, trazida mensalmente para apreciação dos Conselheiros.  
370 Apresentou-se uma planilha e o plenário mostrou-se insatisfeito, cobrando colunas com a  
371 **vigência das deliberações, seu objeto, valores destinados, valores empenhados,**  
372 **valores pagos, restos a pagar, valores extornados.** Diante disso, a **técnica Marcela**  
373 garantiu sentir-se plenamente à vontade para assegurar aos Conselheiros que tais informações  
374 sempre estiveram disponíveis e se necessário for, poderá elaborar novas planilhas que lhes  
375 facilitassem o entendimento. Se ainda assim não concordarem, poderão encaminhar um  
376 modelo, que de boa vontade será preenchido. Referindo-se ao **Programa aprendiz** apontou  
377 que na planilha estão destinados os R\$ 360.000,00, dos quais foram utilizados R\$ 278.000,00  
378 até julho, não sendo pois suficientes até o final do ano. Dessa forma, terão que aportar recursos  
379 próprios para dar andamento às ações. A Presidente definiu que o Programa Aprendiz será  
380 abordado na plenária de novembro. Na oportunidade, houve a intervenção da **Conselheira**  
381 **Débora** abordando que não se poderá chegar a um momento de descontinuação: que para o  
382 ano que vem isso seja discutido, passando para que de fato é responsável através de orçamento  
383 da Secretaria e não do FIA. • **3º Objetivo: " Fortalecimento do Sistema de Garantia de**  
384 **Direitos" – Valor: R\$ 1.760.000,00 – APROVADO.** Questionada sobre o SIPIA-WEB, a  
385 **Conselheira Presidente** informou que dentro de alguns dias estará finalizando a 1ª turma de  
386 500 Conselheiros Tutelares da Capacitação à distância do SIPIA-WEB. Da previsão para 2012,  
387 sairão 2065 Conselheiros capacitados dessa forma ; depois dessa ação, em paralelo com o  
388 levantamento que a Secretaria está fazendo, com orçamento próprio, da situação de cada  
389 Conselho, de cada Conselheiro, de cada sistema alimentando, então será elaborado um projeto

390 que definirá como será a implementação e acompanhamento do SIPIA para 2013. • **4º Objetivo**  
391 - " **Plano Decenal e Diagnóstico – R\$ 2.000.000,00 – APROVADO.** As 12 Secretaria de  
392 Estado e o Tribunal de Justiça estão entregando os seus dados, permitindo antever a situação de  
393 crianças e adolescentes nos 399 municípios do Estado. A partir daí serão traçadas as metas para  
394 os próximos anos. Foi esclarecido que a **Conselheira Jimena** é a representante oficial do  
395 CEDCA no Comitê e estaria assim credenciada para trazer as informações oficiais ao Conselho. •  
396 **5º Objetivo – Fortalecimento da rede de atenção a crianças e adolescentes vítimas de**  
397 **violência.** • **Valor: R\$ 2.000.000,00 – APROVADO.** • **6º Objetivo: Investigação**  
398 **especializada contra crianças e adolescentes – Valor: R\$: 1.265.9000,00 – APROVADO.**  
399 Pediu a palavra a **Conselheira Janaína**, questionando se na última plenária não havia sido  
400 aprovada a mudança da nomenclatura do AFAI para **Garantia da Convivência Familiar e**  
401 **Comunitária dos adolescentes na sócioeducação.** • **Financiamento das ações do**  
402 **SINASE valor: R 4.000.000,00 – APROVADO.** • **Promover o protagonismo juvenil – R\$**  
403 **7.488.000,00.** com relação ao que já foi deliberado, a responsabilidade do pagamento dos  
404 bolsistas seria do Estado, através da Secretaria, garantiu a **Conselheira Édina**. Foi a vez da  
405 **Conselheira Débora** pontuar que a deliberação prevê de novo ao CEDCA, definir recursos para  
406 a implantação dos Centros de Juventude. Novamente é de se pensar que são recursos da  
407 Secretaria de Estado e não do FIA. Com a chegada da **técnica Luciana** (SEDS), a Presidente  
408 convidou a **Conselheira Janaína** a refazer o seu questionamento sobre a mudança da  
409 nomenclatura do AFAI, como sendo uma orientação nacional. • **Luciana (SEDS)** esclareceu ter  
410 efetuado uma atenta leitura do SINASE e não está descrito o acompanhamento das famílias dos  
411 adolescentes em internação como uma ação do SINASE e no Plano Nacional de Convivência, lá  
412 no marco institucional, está muito claro que quando o adolescente está internado por sentença  
413 judicial, há um rompimento inevitável de vínculo. Assim, existe a compreensão não de que o  
414 trabalho por convencimento, deverá estar no foco da convivência familiar. O Plano é bem claro  
415 em constar que, as ações dos Estados, Municípios e todos os entes federativos em relação às  
416 famílias dos internados, está no eixo de convivência. No SINASE, disse não ter encontrado esse  
417 acompanhamento às famílias, o que foi verificado foi medidas em meio aberto, serviços à  
418 comunidade etc. Complementou a **Coordenadora Cláudia Foltran** colocando que a discussão  
419 já ocorrida na plenária passada, talvez porque o AFAI tivesse sido colocado na linha de ação  
420 errada. Na verdade, o que se procura com esse programa, é o fortalecimento da família, para  
421 que esteja apta a receber o seu adolescente, após o cumprimento da medida de internação.  
422 Trata-se de um serviço previsto e tipificado na Assistência Social, devendo ser executado por  
423 todos os Municípios que tenham adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Hoje  
424 aqueles que estão em semiliberdade tem esse acompanhamento executado através dos CREAS,  
425 não sendo necessariamente uma ação do SINASE, que na verdade é um sistema para a  
426 metodologia e cumprimento da medida sócioeducativa. A **Conselheira Cláudia** disse não  
427 entender o motivo da mudança dessa nomenclatura, sendo que isso já foi publicado e os  
428 próprios Municípios já referenciam a siglas AFAI. Esclareceu a **Conselheira Janaína** que se está  
429 tratando de uma Política Nacional e não de um Programa de Governo. Essa questão não foi  
430 corrigida. Segundo a **Conselheira Presidente**, a técnica Luciana garantiu que a alteração da  
431 nomenclatura AFAI não traria prejuízos ao desenvolvimento do programa. Voltando, a  
432 **Conselheira Janaína** chamou a atenção do plenário que o Plano Nacional de Convivência

433 Familiar e Comunitária não é restrito ao Acolhimento Institucional nem à Sócioeducação. Assim,  
434 sugeriu que para o próximo ano sejam também contemplados as crianças e adolescentes em  
435 hospitais, bem como aqueles que estão no sistema prisional com suas mães. • **Proposta da**  
436 **consultora da OAB- Dra. Maria Christina.** Acrescentar à nomenclatura “Garantia da  
437 Convivência Familiar e Comunitária dos Adolescentes” “em Medida Socioeducativa de  
438 Internação”. Na sequência, contou-se com a informação prestada pela **Conselheira Débora**  
439 que leu a deliberação nº04/2009, referente ao pagamento dos bolsistas cuja responsabilidade  
440 seria da antiga SECJ, hoje Secretaria da Família. Presente no plenário, a **técnica Magali** (SEDS)  
441 fez algumas ponderações sobre o entendimento desse documento. Cabe ao CEDCA aprovar o  
442 projeto, deliberando o recurso. A bolsa faz parte da implantação do programa Centros da  
443 Juventude. O projeto foi aprovado com essa modalidade bolsista e foi acatado pelo FIA. Em  
444 seguida, houve a sugestão da consultora **Dra. Maria Cristina**, para que fosse encaminhado  
445 ofício à OAB, solicitando um parecer sobre a questão. Como consequência, a técnica do  
446 Financeiro (SEDS) Marcela Evangelista, explanou ter sido efetuado um pagamento até o final do  
447 ano (bolsas), porém sugeriu que se aprovasse uma parte desse recurso, complementando com  
448 recursos da SEDS. Assim, no próximo ano estuda-se se mantém a participação do FIA ou a SEDS  
449 assumirá a responsabilidade como um todo. Concluiu que o parecer da OAB seria de grande  
450 valia. Caso esse seja negativo, altera-se a Lei e o Plano, só não sendo possível nesse exercício.  
451 Foi sugestão da **Conselheira Presidente Márcia**, que se pulasse o item, pedindo a  
452 colaboração do Núcleo Jurídico. Explicitou a **Conselheira Édina** que uma situação complicada  
453 precisa ser resolvida:- o CEDCA deliberou o ano passado pela compra de veículos para  
454 Conselhos Tutelares. Existem Prefeituras trocando o objeto porque não querem mais carros,  
455 porém o Conselho procedeu a aquisição e agora enfrentam-se problemas. São equívocos que  
456 necessitam ser resolvidos. Foi dito pela **Conselheira Presidente** que a SEDS está levando a  
457 efeito um levantamento dos Conselhos Tutelares, que irá clarear a sua real composição e  
458 estrutura física. É preciso fazer o que o município não faz, porém já se passou da fase de  
459 veículos e computadores. A **Conselheira Débora** pontuou que a análise do Conselho sempre  
460 seja feita perante o diagnóstico. Provocada pela **Conselheira Janaína**, a **Conselheira Marisa**  
461 **da Costa** propôs trazer para a Assembleia de novembro, a pessoa de referência do  
462 Departamento de Saúde Mental. A **técnica Marcela** esclareceu que para essa área já existem  
463 recursos destinados da ordem de 6 milhões de reais. Foi lembrado pela **Conselheira Regina**  
464 **Bley** que no Estado existe um Comitê de Saúde Mental e ali não caberá somente Comunidade  
465 Terapêutica. • **7º Objetivo – Enfrentamento à drogadição e apoio à Saúde Mental –**  
466 **APROVADO.** • Retorno ao item 3 – **Protagonismo juvenil. Proposta** – Houve a sugestão de  
467 se aprovar da forma como está, condicionado ao parecer da OAB. **Marcela Evangelista** fez  
468 uma informação referente aos prazos: até 12/09 proceder o preenchimento dos itens do Plano;  
469 até 30/09 estará na Assembleia Legislativa. Caso seja aprovado, irá com o texto referente aos  
470 R\$2.800.000,00; quando chegar o parecer da OAB, se for o caso altera-se o Plano de Ação na  
471 plenária de março. Considerou a **Conselheira Débora** que a solicitação de parecer deveria  
472 também ser encaminhada ao Ministério Público, ponto esse apoiado pela consultora Maria  
473 Christina. A **Conselheira Presidente** ainda interpelou se seria necessário proceder ao  
474 encaminhamento para os dois segmentos. A **Conselheira Édina** considerou que a OAB se faz  
475 presente enquanto Órgão Consultivo, porém o Ministério Público deveria estar representado em

476 todas as plenárias do CEDCA. Disse estar se expressando enquanto MP mas estaria contemplada  
477 somente com a OAB. No seu papel, a **Presidente Márcia Tavares dos Santos** solicitou a  
478 presença do **Dr. Fabiano** (Núcleo Jurídico da SEDS), com o objetivo de consultar o pagamento  
479 de bolsistas pelo FIA. Compartilhando, a **Conselheira Regina Bley** apontou que já se sabe que  
480 é permitido: talvez a dúvida seja – pagar os bolsistas dos Centros de Juventude. No seu papel  
481 esclarecedor, **Dr. Fabiano** apontou duas versões – não existem dúvidas de que os recursos  
482 podem também sair do Fundo. Analisando o teor da Deliberação 04 de 2009, as obrigações  
483 desses pagamentos estariam a cargo da Secretaria porém não existe uma ilegalidade se o pleno  
484 optar por outro encaminhamento. Segundo a **Conselheira Édina**, o item faltante é que não  
485 existe uma deliberação específica para esse assunto. • **3ªm Planilha – Doações ao Banco de**  
486 **Projetos - APROVADO. • Aprovado o Plano de Ação com recursos do FIA para 2013 na**  
487 **sua totalidade.** Abrindo um espaço, a **Conselheira Édina** que representa no CEDCA a  
488 **Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família**  
489 **do Paraná**, trouxe ao conhecimento dos Conselheiros que o Procurador de Justiça do Paraná,  
490 **Dr. Sérgio Luiz Kukina** está concorrendo a uma vaga para o Superior Tribunal de Justiça,  
491 concorrendo com mais 2 magistrados dos Estados do Acre e Distrito Federal, respectivamente.  
492 Com uma correria jurídica das mais apreciáveis, esse paranaense foi professor de alguns  
493 Conselheiros, sendo um estudioso do ECA. A Conselheira consultou o plenário, se o CEDCA  
494 acataria encaminhar correspondência à Presidenta Dilma Rousseff, manifestando apoio a  
495 essa indicação. Sem visualizar impedimentos, a sugestão foi **aprovada**. Foi lembrado pela  
496 **Conselheira Alexandra** que o Conselho aguarda uma Deliberação sobre Qualificação  
497 Profissional. Como consequência, a **Presidente Márcia** esclareceu que esses documentos  
498 primeiramente passam pelo Núcleo Jurídico, para posterior aprovação. Será tarefa da Secretaria  
499 Executiva verificar o trâmite atual. Ao final, a Presidente agradeceu a presença dos Diretores de  
500 CENSES, ouvintes, convidados e os próprios Conselheiros, pela presença nesse importante  
501 evento de trabalho. **Encerramento:** A Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e  
502 demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi gravada e redigida  
503 por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Ana Paula Casagrande, formatada por  
504 Willian Binhara, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.